

Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 220 Disponibilização: 24/11/2025 Publicação: 19/11/2025

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

GOVERNADORIA - CASA CIVIL

LEI N° 6.251, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025.

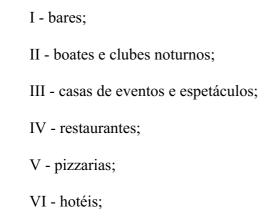
Dispõe sobre a criação do Protocolo Mulher Segura - Chame Noeli, no âmbito dos espaços públicos e privados de lazer do estado de Rondônia.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° Fica criado o Protocolo Mulher Segura - Chame Noeli, com o objetivo de prevenir, coibir e identificar a prática de atos que atentem contra a dignidade sexual, física e psicológica da mulher em locais de lazer e outros estabelecimentos públicos ou privados destinados ao entretenimento.

Art. 2° Para os efeitos desta Lei, consideram-se locais de lazer e outros estabelecimentos destinados ao entretenimento:



VIII - centros comerciais; e

VII - balneários;

IX - outros espaços destinados, ainda que provisória e temporariamente, para a realização de eventos de lazer e entretenimentos, como shows, festivais e outros eventos assemelhados.

- § 1° O protocolo será de adesão obrigatória e terá como objetivo reservar aos estabelecimentos de lazer e entretenimento o papel ativo de identificar situações de riscos à integridade das mulheres que frequentam suas dependências, bem como assegurar a adoção dos devidos procedimentos nos casos de risco, constrangimento, ameaças ou agressão sexual.
- § 2° O descumprimento desta Lei implicará na multa de 10 (dez) Unidade Padrão Fiscal UPFs, aplicável em dobro a cada nova reincidência ao proprietário do estabelecimento.

- Art. 3° O Protocolo Mulher Segura chame Noeli terá como princípios a celeridade, a saúde, o conforto, o respeito, a dignidade, a honra, a preservação da integridade física e psicológica e a intimidade da vítima.
 - Art. 4° É direito da mulher vítima de assédio ou violência sexual:
 - I respeito às suas decisões, ressalvada a Ação Penal Pública Incondicionada;
- II receber prontamente atendimento por funcionários do estabelecimento, preferencialmente do sexo feminino, para relatar a agressão, resguardando provas ou qualquer meio de evidência que possa servir para responsabilizar o agressor;
 - III ser imediatamente protegida e distanciada do agressor;
 - IV ser acompanhada por pessoa de sua escolha;
- V acionar os órgãos policiais, prioritariamente as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM); e
 - VI ser atendida sem distinção de qualquer natureza.
 - Art. 5° Os estabelecimentos referidos no artigo 1° desta Lei deverão:
- I utilizar o código Chame por Noeli para que as mulheres e outras pessoas possam alertar aos funcionários sobre a situação de risco, constrangimento, ameaça ou agressão sexual, bem como adotem providências necessárias sem conhecimento do agressor;
- II manter funcionários capacitados e treinados para procederem em caso de solicitação de ajuda e denúncia de violência ou assédio a mulher;
- III disponibilizar recursos à denunciante para se dirigir aos órgãos policiais, bem como servico de assistência social, atendimento médico, psicológico ou retomo seguro ao seu lar;
- IV preservar as filmagens ou qualquer prova que tenham registrado a violência e que possam contribuir para a identificação e responsabilização do agressor, as quais deverão ser apresentadas à Polícia Civil do Estado de Rondônia - PC/RO:
- V manter um ambiente onde a denunciante permaneça resguardada e afastada, inclusive visualmente do agressor; e
- VI conduzir a denunciante a local tranquilo e procurar por amigos presentes no estabelecimento que possam acompanhá-la.
 - Art. 6° Realizada a denúncia, a equipe do estabelecimento agirá imediatamente para:
 - I intervir para afastar a vítima do agressor, levando-a para um local seguro;
 - II ouvir, confortar e respeitar a decisão da denunciante;
- III procurar por familiares ou acompanhantes da denunciante e encaminhá-los para o local reservado à denunciante;
- IV garantir e viabilizar os direitos da denunciante, conforme o artigo 4º desta Lei, de acordo com a sua vontade;

V - preservar as eventuais e potenciais provas ou evidencias da violência cometida; e

VI - adotar outras providências que julgar necessárias à preservação da dignidade da denunciante.

Art. 7° Os responsáveis pelos espaços de lazer, tais como campings, balneários e similares, deverão averiguar se há áreas escuras e desertas que possam facilitar a vulnerabilidade de seus usuários e, em caso de positivo, adotar estratégias para torná-las mais seguras, com a instalação de câmeras de segurança ou presença de funcionários.

Art. 8° Incumbirá à Polícia Civil do Estado de Rondônia - PCRO averiguar o cumprimento desta Lei, em virtude do disposto no inciso II do artigo 2° da Lei Estadual n° 222, de 25 de janeiro de 1989.

Art. 9° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rondônia, 19 de novembro de 2025; 204° da Independência e 137° da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador



Documento assinado eletronicamente por **Marcos José Rocha dos Santos**, **Governador**, em 19/11/2025, às 20:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <u>portal do SEI</u>, informando o código verificador **0066442287** e o código CRC **3E3551E1**.

Referência: Caso responda esta Lei, indicar expressamente o Processo nº 0005.007211/2025-90

SEI nº 0066442287